

## A SEGURANÇA NO TURISMO DE AVENTURA

Sara Caroline Chagas dos Santos<sup>1</sup>  
Ariadna da Silva Bandeira<sup>2</sup>

### RESUMO

O turismo de aventura é a modalidade em que o turista participa das atividades de aventura, através de experiências físicas recreativas que envolvem desafios. As atividades oferecidas por este segmento, como o nome já expõe, são de aventura, ou seja, são imprevisíveis. Visto que são imprevisíveis, o grau de risco nessas atividades pode ser até fatal. Desta forma, o objetivo do trabalho é analisar a questão da segurança no turismo de aventura. A metodologia do trabalho é bibliográfica, básica, exploratória, qualitativa e contém redação final. A utilização de equipamentos confiáveis, de um planejamento de emergência e guias bem informados e preparados, é indispensável para se identificar e eliminar riscos e até fatalidades no âmbito do Turismo de Aventura.

**Palavras-chave:** Turismo de Aventura, Segurança, Riscos.

### 1 INTRODUÇÃO

O turismo, ao longo do tempo, cresceu significativamente em importância tanto em termos econômicos quanto sociais. Ele também é um fenômeno social por motivos culturais, recreativos, de descanso e lazer. Explana-se, também, a interação turista-residente e as demais relações como um fenômeno social. Com isso, pode-se concluir que o turismo não é tão somente uma atividade econômica, e sim, também, um fenômeno social. Por ser um fenômeno social, tem-se uma ampla abertura para a inteiração de outras áreas do conhecimento, com isso, é natural que o conceito do turismo seja macro e seus segmentos sejam tão variados.

Os segmentos do mercado turístico surgem através da oferta em querer atingir o desejo da demanda dos consumidores. Netto e Ansarah (2009, p.3) explanam que para atender a demanda, é necessária uma adaptação da oferta. Com isso, surgem ao longo do tempo as mais diversas ofertas de turismo, como por exemplo: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, entre outros. Partindo deste princípio social e relacional, o presente trabalho tem como objetivo analisar a segurança no turismo de aventura.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, [sarachagastur@gmail.com](mailto:sarachagastur@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Professora orientadora: Mestre, Universidade Estadual da Bahia - UNEB, [adnabandeira@gmail.com](mailto:adnabandeira@gmail.com) (83) 3322.3222

A metodologia do trabalho é bibliográfica, básica, exploratória, qualitativa e contém redação final. Ao longo do estudo realizado, percebe-se que a utilização de equipamentos confiáveis, de um planejamento de emergência e guias bem informados e preparados, é indispensável para se identificar e eliminar riscos e até fatalidades no âmbito do Turismo de Aventura.

## **METODOLOGIA**

A metodologia do trabalho é bibliográfica. De acordo com Rampazzo (2011), toda pesquisa bibliográfica é um levantamento sistemático de documentos publicados em determinada área. Marconi e Lakatos (2002) embasa pesquisa bibliográfica como fontes que já foram tornadas públicas em relação ao tema pesquisado. Gil (2002) converge com os autores já citados, colocando pesquisa bibliográfica como pensamentos que são desenvolvidos com base em material já elaborado.

É básica pois tem o propósito de preencher uma lacuna no conhecimento como forma de ampliação do mesmo sem qualquer preocupação com seus possíveis benefícios (GIL, 2010). Além disso, tem o objetivo de gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (PRODANOV; FREITAS, 2013). E é um suporte de reflexão e síntese (RUIZ, 2002). É qualitativa pois emprega mais de uma fonte de dados, procura reduzir a distância entre a teoria e os dados através da compreensão dos fenômenos pela descrição (TEIXEIRA, 2011). Gerhardt e Silveira (2009) dizem que a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. E Pode ser classificado de forma qualitativa pois, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.70) não se utiliza da estatística.

É exploratória, pois, para Gil (2010), sua coleta de dados ocorre pelo levantamento bibliográfico e tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema. Para Marconi e Lakatos (2002), este tipo de pesquisa procura aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente. Se observa a pesquisa exploratória como um tópico que recolhe fatos da realidade sem que o pesquisador precise utilizar meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas fundamentando o artigo em questão como uma pesquisa exploratória (RAMPAZZO, 2011). O estudo também apresenta redação final.

## **2 TURISMO DE AVENTURA: CARACTERIZAÇÃO**

O turismo de aventura é um segmento do turismo que envolve atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo, com risco avaliado (BRASIL, 2006). O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2015) diz que esta prática compreende atividades com a finalidade de recreação e não competição com riscos avaliados. Oliveira (2002, p.167) diz que o turismo de aventura é um segmento do mercado turístico que promove atividades de aventura em ambientes naturais, que envolvam riscos controlados exigindo o uso técnico e equipamentos específicos, adotando procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros. Oliveira (2002) comenta que o turismo de aventura é praticado por pessoas que buscam emoções radicais. Ainda sobre sua conceituação,

o turismo de aventura é a modalidade em que o turista participa das atividades de aventura (tratando-se de “experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação”) como canoagem, ciclismo, arborismo, mergulho, rafting entre outras. As práticas podem ocorrer em diversos espaços (natural, construído, urbano, rural) e são de caráter recreativo e não competitivo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA, 2016).

Com o aporte desses teóricos, entende-se que o turismo de aventura ainda que seja uma atividade recreativa, ou seja, atividades voltadas para diversão, deve ser uma atividade segura com riscos controlados.

Netto e Ansarah (2009), Brasil (2006) e Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (2016) dizem que as principais atividades que o segmento apresenta são divididas em atividades praticadas em terra, no ar e na água.

Tabela 1 – ATIVIDADES DO TURISMO DE AVENTURA: TERRA, AR E ÁGUA

<b>TERRA</b>	<b>AR</b>	<b>ÁGUA</b>
Arvorismo	Asa-Delta	Canoagem
Bunnguee Jumping	Balonismo	Rafting
Cicloturismo	Parapente	Mergulho
Caminhada	ParaQuedismo	BoiaCross
Cavalgada		
Escalada		
Rapel		

Tirolesa		
----------	--	--

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (2016)

Elaboração: Chagas (2018)

De acordo com a Tabela 1, as principais atividades praticadas em terra, as principais são: arborismo (percorrer um caminho no toldo da floresta); bungee jumping (salto com corda elástica); cicloturismo (percurso em vias convencionais e não convencionais em bicicletas); caminhada (percurso a pé em ambientes naturais); cavalgada (percursos a cavalo); escalada (ascensão de montanhas, paredes artificiais e blocos rochosos utilizando técnicas verticais) rapel (descida de corda em cânions ou montanhas) e tirolesa (deslizamento em uma linha aérea ligada por dois pontos).

Nas atividades praticadas na água, as principais são: canoagem (atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rio, lago, águas calmas ou agitadas); rafting (descidas em corredeiras utilizando botes infláveis); mergulho (imersão profunda ou superficial em ambientes submersos) e boiacross (descida em corredeiras utilizando boias infláveis).

Nas atividades praticadas no ar, as principais são: asa-delta (voo com aerófilo2 impulsionado pelo vento); balonismo (voo em balão de ar quente e técnicas de dirigibilidade); parapente (voo de longa distância com o uso de aerófilo semelhante a um para-quedas impulsionado pelo vento) e para-quedismo (salto em queda livre com o uso de para-quedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião).

Com essa variação, percebe-se que a demanda pode oscilar nas questões do território, habilidade do cliente e sua disposição (entendendo seus limites físicos e emocionais). Deste modo, é possível perceber a intensa relação entre a aventura e os riscos, de maneira que o fato de “aventurar-se” naturalmente acarreta na exposição a riscos recorrentes na prática desta. A relação entre aventura e risco é feita, principalmente, quando há a descrição das principais atividades propostas dentro do turismo de aventura. De acordo com a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (2016), o principal risco nas atividades citadas acima é o erro na equipagem do cliente.

Segundo a Costa, Silva e Vasconcelos (2012) e Brasil (2006) as características do turismo de aventura são: diversidade, a participação e interação e segurança. Na diversidade existe a variação de oferta conforme a demanda. Na participação e interação relaciona-se com

o estreitamento de relações entre os turistas e entre os turistas com o guia. Na característica de segurança, vale-se de controlar os possíveis riscos que as atividades do turismo de aventura pode gerar.

### **3 TURISMO DE AVENTURA: SEGURANÇA**

As diversas formas de “fazer” turismo tem dado uma gama de opções aos turistas. A palavra “aventura” se refere ao que é inesperado; tal definição se refere a possibilidade de acidentes durante as praticas do turismo de aventura. Antes de discorrer sobre a gestão da segurança, é necessário diferenciar risco de perigo. Maynard (2015) comenta que o perigo não muda mas o risco muda muito, pois este depende da exposição ao perigo. A regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura (2005) converge com Maynard (2015) ao expor que perigo é uma situação em potencial para causar danos, riscos é a probabilidade da ocorrência de um dano. Sendo o turismo de aventura um segmento que o consumidor pode ocorrer riscos – acidentes, lesões, fraturas e até mortes -, entende-se que estes podem ser mitigados caso haja controle e cuidado com a exposição ao perigo. Onde há risco, se faz necessário haver segurança.

Brasil (2006) diz que o segmento de Turismo de Aventura pode ocorrer em quaisquer espaços: natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não. Tendo essa variedade de espaços que o turismo de aventura pode ser executado, há também uma variedade de riscos que podem acontecer nos locais. Os riscos podem ser vistos como:

[...] escorregões; tropeções; quedas; choque das partes do corpo contra as pedras ou objetos cortantes; ataques de abelhas, cobras, aranhas, escorpiões, insetos, animais silvestres; quedas em buracos, barrancos ou terrenos íngremes; uso incorreto dos utensílios de corte; exposição à descargas elétricas; galho retornar contra a pessoa após passagem de quem vai à frente; uso de calçado não apropriado para as características da atividade; ingestão de frutos venenosos; ingestão de alimentos estragados; perder-se em trilhas; afogamento; fraturas; envenenamento etc. (GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO, 2016)

Netto e Ansarah (2009) expõem que há em media 2,3 mil empreendedores envolvidos no mercado do turismo de aventura. Com essa questão “há de se destacar como ponto negativo um número de empresas informais, aumentando o risco de acidentes”. Os mesmos autores colocam que com um número exagerado de empreendedores envolvidos, há uma baixa qualidade nos serviços prestados, falta de compromisso, de organização e pouco caso com a

segurança dos clientes e funcionários. Além disso, é indispensável a qualificação dos funcionários, um bom planejamento na implantação das atividades e a obrigatoriedade em utilizar materiais confiáveis e de qualidade para que os riscos de acidentes sejam extirpados.

A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de aventura (2016) converge com a visão acima dizendo que “Os ‘oportunistas’, 15% a 25% do mercado, representam o grupo de maior risco. Via de regra, operam na informalidade e ilegalidade, negligenciam procedimentos de segurança e pouco investem em sua infraestrutura de operação.”

Com as ideias citadas, percebe-se que a existência das operadoras de turismo de aventura clandestinas ou informais são extremamente perigosas, principalmente no que se trata de qualidade no planejamento para as atividades sejam elas de ar, água ou terra. A Associação Brasileira Das Empresas De Ecoturismo E Turismo De Aventura e Brasil (2009) explanam que as operadoras formais, ou seja, aquelas que tem o Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura tem em seu escopo a necessidade de criar padrões técnicos de segurança. Aquelas operadoras e agencias que tem esse Programa de Qualificação, tiveram que passar pela aplicação de 32 normas técnicas oficiais para criar padrões de qualidade e segurança na oferta das atividades.

Para a gestão de segurança está em pleno controle, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005) coloca ser necessário primeiro identificar os riscos para documentar e continuar fazendo essa identificação de maneira que haja atualização da identificação dos riscos. Treinamento dos condutores, instrução dos clientes, supervisores, controles técnicos e manutenção preventiva são componentes necessários neste quesito. Brasil (2006) avalia os riscos das atividades realizadas, os equipamentos de segurança, a manutenção de veículos, treinamento e capacitação técnico-profissional, transportes de pessoas, primeiros socorros, conhecimento dos serviços de emergência, localização dos hospitais mais próximos, recursos de comunicação, animais peçonhentos e possibilidades de alterações climáticas como possibilidades de se identificar e eliminar os riscos para a gestão de segurança.

Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura (2005) diz que o controle de riscos deve ser implementado em todos os pontos críticos como, por exemplo, na capacitação de condutores, no planejamento dos roteiros e na comunicação com a segurança publica. O Guia de Implementação (2016) completa expondo que para reduzir a probabilidade

dos riscos é necessário: preleções, capacitação dos monitores, estabelecimento de procedimentos, manutenção e conservação de equipamentos e trilhas e consulta às condições meteorológicas. Para reduzir as consequências é necessário: uso de capacetes, uso de vestimentas adequadas, uso de perneira (contra picadas), uso de coletes e cinto de segurança. Com essas questões, se tem a intenção de eliminar as possibilidades e reduzir as consequências dos riscos que a efetuação do turismo de aventura pode causar.

Essa gestão de segurança que foi citada acima, tem como objetivo eliminar todo e qualquer risco para aqueles que praticam turismo de aventura, ou seja, é o conhecer para se precaver; porém, isso não significa que esses riscos não venham a acontecer. Se vir a existir, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005) coloca como necessário haver um Plano de Contingência (ou Plano de Emergência) que para Brasil (2006) é um conjunto de responsabilidades para lidar com situações adversas ou de emergência. Nesse processo, incluem-se a verificação das rotas de fuga, definidas antecipadamente, bem como a indicação da estrutura médico-hospitalar da localidade ou a mais próxima, acessos para resgate e transportes alternativos. Todas essas prevenções devem ser feitas de forma antecipada para que haja uma execução de maior excelência e segurança no momento da emergência.

Em 2012, um rapaz foi morto justamente pela falta de cuidados com os equipamentos:

O acidente que causou a morte de um instrutor em Brotas, teria sido provocado por um equipamento que estava solto durante sua descida, em uma cachoeira com mais de 30 metros. Os bombeiros foram chamados, mas o instrutor já estava morto quando chegaram à fazenda. A corda usada para a descida foi avaliada pela polícia (MORTE DE INSTRUTOR..., 2012).

Um outro exemplo aconteceu em setembro de 2017 por falta de um guia presente para direcionar a turista nos locais que ela deveria e não deveria ir:

Segundo James, Emma havia começado aquele tipo de canoagem há 1 ano. Cursos d'água como o Marañón também são conhecidos como rios de águas barrentas, que possuem carga sedimentar alta. Segundo escreveu em um blog, o plano era descer o rio “sem apoio ou assistência” (HENRIQUES, 2017)

Notícias devastadoras como estas citadas acima, são essenciais para que haja uma reflexão correlacionada a segurança ao se praticar Turismo de Aventura. No primeiro caso, o equipamento estava mal colocado no instrutor, demonstrando a falta de cuidado ou de preparo

dos próprios instrutores e orientadores na atividade. No segundo caso, a falta de preparo da turista e a inexistência de um guia para a orientar, causou a morte da mesma.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já foi discorrido acima, o Turismo de Aventura pode gerar possíveis riscos que devem ser controlados. Um dos pontos levantados é a existência de inúmeras empresas informais, não capacitadas para lidar com a segurança necessária em uma prática do turismo de aventura. Essas empresas devem se capacitar e se tornar regulares – através do Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura - para a execução das atividades em questão. Esta capacitação inclui também a dos funcionários; já que, para adquirir excelência nas atividades de aventura, um dos pontos que precisam estar confiáveis são os equipamentos. Eles devem estar sob constante manutenção e verificação de seu estado para a utilização dos mesmos nas atividades.

A utilização de materiais e equipamentos confiáveis e funcionários capacitados, elimina grande parte dos riscos existentes no Turismo de Aventura. Àquelas que estão regulares no Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura, devem passar pela aplicação de 32 normas técnicas oficiais para criar padrões de qualidade e segurança na oferta das atividades.

Visto isso, percebe-se a importância da regulamentação das empresas de Turismo de Aventura, para eliminar situações que, em muitos casos, podem ser levadas a morte de turistas de aventura, pelo simples fato de as empresas não serem regulamentadas, capacitadas e organizadas.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que o turismo de aventura é um segmento do turismo que envolve atividades que ao mesmo tempo são recreativas e com riscos avaliados, o controle dos riscos e aquilo que pode vir a ser acidente, é essencial. Atividades como arvorismo, bungee jumping, canoagem ou asa delta, contem um nível de risco grande por estarem ligadas à aventura, ou seja, à situações imprevisíveis.

Operadoras e agências de turismo de aventura que não são preparadas ou são informais, tem a maior probabilidade de não ter qualidade no planejamento das atividades de aventura. Por serem informais, a atenção necessária não é dada, e a formação e instrução para os guias e para os clientes é negligenciada.

A legalidade dessas empresas auxilia com a diminuição dos riscos em acidentes nas atividades de aventura por terem uma preparação e um nível de precaução muito maior que as informais. Com isso, a utilização de equipamentos confiáveis, planejamento de emergência e guias bem informados e preparados é indispensável para se identificar e diminuir os riscos e até as fatalidades nas atividades de aventura.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. **Perguntas Frequentes**. 2016. Disponível em: <  
<http://abeta.tur.br/pt/perguntasfrequentees/>> . Acesso em 04 dez 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sistema de gestão de segurança**. 1.ed. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:<  
<https://www.territorioselvagem.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/Sistema-de-Gestao-da-Seguranca.pdf>> . Acesso em 04 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Turismo de aventura** – Sistema de gestão da segurança. Rio de Janeiro: copyright, 2005. Disponível em: . Acesso em: 04 dez. 2017.

BRASIL. **Turismo de aventura**. São Paulo. 2006. Disponível em:<  
[file:///C:/Users/231610276/Desktop/aventura\\_orientacoes\\_basicas.pdf](file:///C:/Users/231610276/Desktop/aventura_orientacoes_basicas.pdf)> . Acesso em: 04 dez. 2017.

COSTA, L. F; SILVA, A.C.P; VASCONCELOS, F.P. **Turismo De Aventura E Ecoturismo**: Entre Práticas E Normas No Contexto Brasileiro. 2.ed. Penedo, 2012.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO. **Turismo de aventura**: Sistema de gestão da segurança. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:<  
<http://abnt.org.br/paginampe/biblioteca/files/upload/anexos/pdf/bdca9a1aa7e53c40a9785ed2674002ff.pdf>> . Acesso em: 04 dez 2017.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas De pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINHO, I. P.; ET AL. **Manual de recreação**: Orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministerio do Trabalho, industria e comercio, 1952.

MAYNARD, A. **Conheça as diferenças entre perigo e risco**. Disponível em: <  
<https://www.anipla.com/docs/fitoflash/flash18.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

MONTEJANO, J.M. **Estrutura do mercado turístico**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

NETTO, A. P; ANSARAH, M. G. **Segmentação do mercado turístico**. Barueri: Manole, 2009.

OLIVEIRA, A.P. **Turismo e desenvolvimento**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

POTRATZ, V.D. **Avaliação Do Sistema De Gestão Em Segurança No Turismo De Aventura**: Arvorismo E Rapel. Disponível em: <  
[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1861/1/MD\\_ENSEG\\_%20IV\\_2011\\_33.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1861/1/MD_ENSEG_%20IV_2011_33.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2017.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Layola, 2002.

REGULAMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM TURISMO DE AVENTURA. **Relatório diagnóstico**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. Disponível em: Acesso em: 04 dez. 2017.

RUIZ, J.A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STEIN, D.E.; ATHANASIO, B.B.M. **Gestão Da Segurança No Turismo De Aventura No Produto Rafting**: Estudo De Caso Em Uma Agência De Viagens Receptiva No Município De Três Coroas – Rio Grande Do Sul. Disponível em:< <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/338/298> >. Acesso em: 04 dez. 2017

THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.